

revista portuguesa de arqueologia

vol. **16**

2013

# Índice

---

- 05–26 **Teorías y métodos de la arqueología cognitiva**  
Ángel Rivera Arrizabalaga
- 27–61 **O sítio do Neolítico Antigo de Cortiçóis (Almeirim, Santarém)**  
João Luís Cardoso, António Faustino Carvalho & Juan Francisco Gibaja Bao
- 63–79 **Perscrutando espólios antigos: a anta de Sobreira 1 (Elvas)**  
Rui Boaventura, Maria Teresa Ferreira & Ana Maria Silva
- 81–101 **Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal**  
Rui Boaventura & Rui Mataloto
- 103–131 **Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): relatório sobre as escavações de 2002**  
Michael Kunst, Elena Morán & Rui Parreira
- 133–135 **Magnetic prospecting at Zambujal in 2001: a test for archaeological prospection**  
Helmut Becker
- 137–141 **Some notes on a small collection of faunal remains from Zambujal**  
Simon Davis
- 143–147 **Datações <sup>14</sup>C do Casal do Zambujal**  
Jochen Görtsdorf
- 149–165 **A Idade do Ferro no concelho da Amadora**  
Elisa de Sousa
- 167–185 **Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube**  
Lídia Fernandes, João Pimenta, Marco Calado & Victor Filipe
- 187–212 **Crónica de onomástica paleo-hispânica (20)**  
António Marques de Faria
- 213–226 **A fauna da Idade do Ferro e da Época Romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar**  
Cleia Detry & Ana Margarida Arruda
- 227–242 **La emisión RRC 469 de Cneo Pompeyo hijo**  
Luis Amela Valverde
- 243–275 **Uma necrópole na praia:  
o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa)**  
Jacinta Bugalhão, Ana Margarida Arruda, Elisa de Sousa & Cidália Duarte
- 277–292 **As lucernas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa**  
Carolina Grilo
- 293–302 **Apostilas epigráficas – 3**  
José d'Encarnação
- 303–321 **Os mausoléus da villa romana de Pisões: a morte no mundo rural romano**  
Carlos Pereira, António M. Monge Soares & Rui Monge Soares
- 323–350 **A diarquia sueva: sociedade e poder no regnum dos Quados ocidentais e no Regnum Suevorum (358–585 d.C.)**  
José Galazak
- 351–367 **Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística**  
Tânia Manuel Casimiro
- 369–381 **Fortificação, espaço conventual, saneamento e circulação na Idade Moderna em Almeida (Guarda): resultados de intervenções arqueológicas**  
André Teixeira, Teresa Costa & Luís Serrão Gil
- 383–392 **Os cachimbos cerâmicos do Palácio Marialva**  
Marco Calado, João Pimenta, Lídia Fernandes & António Marques

# Os mausoléus da *villa* romana de Pisões: a morte no mundo rural romano

---

\*UNIARQ – Centro  
de Arqueologia da  
Faculdade de Letras de  
Lisboa

\*\*Instituto Superior  
Técnico, Polo de Loures,  
Campus Tecnológico e  
Nuclear

\*\*\*Rua António Martins,  
19, Vila Nova, 2670-  
679 Bucelas

Carlos Pereira\*  
António M. Monge Soares\*\*  
Rui Monge Soares\*\*\*

**Resumo** Durante um longo período de tempo os mausoléus da vila romana de Pisões permaneceram ignorados na herdade da Almocreva (Beja), sem que lhes fossem dedicadas algumas linhas. Hoje, podemos reconstituir um pouco do sucedido a estes edifícios funerários destinados a receber os cadáveres dos proprietários da vila romana.

Construídos em momento indeterminado a partir do século II d.C., estes monumentos representaram o prestígio e a riqueza das elites rurais da área sul da província da Lusitânia romana. A elevada variedade arquitectónica que ostentam acusa diferentes origens que permitem supor, além de outras, uma influência oriental.

Seguramente constituíram marcos na paisagem romana alto-imperial, o que lhes terá permitido uma longa permanência. Essa continuidade de existência e funcionalidade está testemunhada pela conservação de determinados materiais e contextos arqueológicos que permitem perceber a manutenção que estes monumentos tiveram durante a antiguidade.

**Abstract** Over a long time the mausolea of the Roman villa of Pisões (Beja) remained unknown without the possibility of any words to be dedicated to them. After archaeological excavations, we are now able to reconstruct, to some extension, what happened to these funerary buildings projected to receive the corpses of the owners of the Roman villa.

The older ones built during the second century AD, these monuments represented the prestige and richness of rural elites from the southern area of the Roman province of Lusitania. The high architectural variety that monuments present points to different cultural influences, namely an oriental one.

These monuments surely constituted milestones in Lusitanian high-imperial Roman landscapes, which guaranteed to themselves a long survival. This survival is witnessed by the conservation of certain materials and archeological contexts that allow realizing the maintenance that the monuments suffered during ancient times.

## 1. Introdução

A vila romana de Pisões há muito que é do conhecimento do corpo científico arqueológico assim como da sociedade em geral. No entanto, muito está ainda por analisar sobre este aglomerado rural. A única publicação de fundo que existe sobre este sítio arqueológico, da década de 70, continua a ser o estudo de Fernando Nunes Ribeiro (1972), principal responsável pelas escavações que a puseram a descoberto.

Este trabalho pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre esta vila. No estado actual da investigação arqueológica já não são suficientes os estudos germinais sobre determinado sítio arqueológico.

Por estes motivos, damos a conhecer os contextos funerários monumentais intervencionados e conhecidos até ao momento em Pisões. Em boa verdade, os contextos pouco mais permitem que a identificação funcional da área estudada. As violações, muito provavelmente contemporâneas, estimuladas pela ânsia de descoberta dos tesouros da imagética popular, amalgamaram por completo os estratos arqueológicos que se conservariam no interior das câmaras funerárias e potenciaram o desaparecimento do espólio funerário.

Baseamo-nos, essencialmente, nas características arquitectónicas para que, através de monumentos de idêntica funcionalidade e tipologia, possamos esboçar algumas propostas evolutivas desta área funerária da vila. Desde logo é evidente que estes edifícios foram destinados aos proprietários da vila. Contudo, tendo em conta a cronologia proposta (século I d.C.) para a fundação da vila (Ribeiro, 1972, p. 41) e a cronologia (mais tardia, como veremos) que apontamos para os monumentos, estes não deverão ter pertencido ao primeiro proprietário mas, quiçá, aos seus herdeiros.

A análise dos pormenores construtivos dos monumentos funerários e dos contextos arqueológicos à sua volta permitiu ainda confirmar algumas particularidades que contribuíram positivamente para a compreensão da evolução arquitectónica e cronológica deste espaço.

## 2. Antecedentes

A vila romana de Pisões há muito que é do conhecimento da Arqueologia portuguesa. Uma notícia do jornal “Diário de Notícias” constitui a primeira informação pública da descoberta deste aglomerado rural (de 21-2-1967; VV.AA., 1967, p. 115). Fernando Nunes Ribeiro é o arqueólogo que informa o dito periódico e, também, quem viria a dirigir as escavações aí efectuadas nos anos que se seguiram.

Refira-se que antes de proceder às escavações, Nunes Ribeiro, fazendo-se acompanhar por Abel Viana, havia prospectado toda a zona onde se localiza a barragem romana que irrigaria os terrenos da vila (Ribeiro, 1972, p. 13) ou, melhor, a própria vila. Infelizmente, o trabalho que resultou dessa visita nunca viria a ser publicado, como informa o próprio.

Foi dois anos após esta visita, data que o autor não refere, que o proprietário da quinta coloca a descoberto três grandes pesos de lagar aos quais se viriam amontoando, ao longo do tempo, na propriedade da Almocreva, outras pedras trabalhadas (Ribeiro, 1967, p. 11, 1972, p. 14).

Somente no ano de 1967, quando é colocado a descoberto parte de um mosaico romano, é que finalmente se procedeu a uma intervenção de campo mais profunda. Desta resultou um conjunto de sondagens de diagnóstico que pretendiam avaliar a potencialidade do terreno, tanto do ponto de vista monumental como estratigráfico, havendo sido subsidiadas, segundo o próprio, pela proprietária do terreno e por um particular interessado (ele próprio, possivelmente).

Após a constatação de abundantes vestígios arqueológicos no subsolo da Herdade da Almocreva e alertadas as instituições competentes, prontamente o local é considerado património de interesse público, passando a Fundação Calouste Gulbenkian a financiar os trabalhos decorrentes deste achado.

Até ao ano de 1973 as escavações foram, praticamente, ininterruptas colocando-se a descoberto a maioria das estruturas e edifícios que hoje permanecem expostos (Fig. 1). Destas “explorações” resultou a publicação já referida

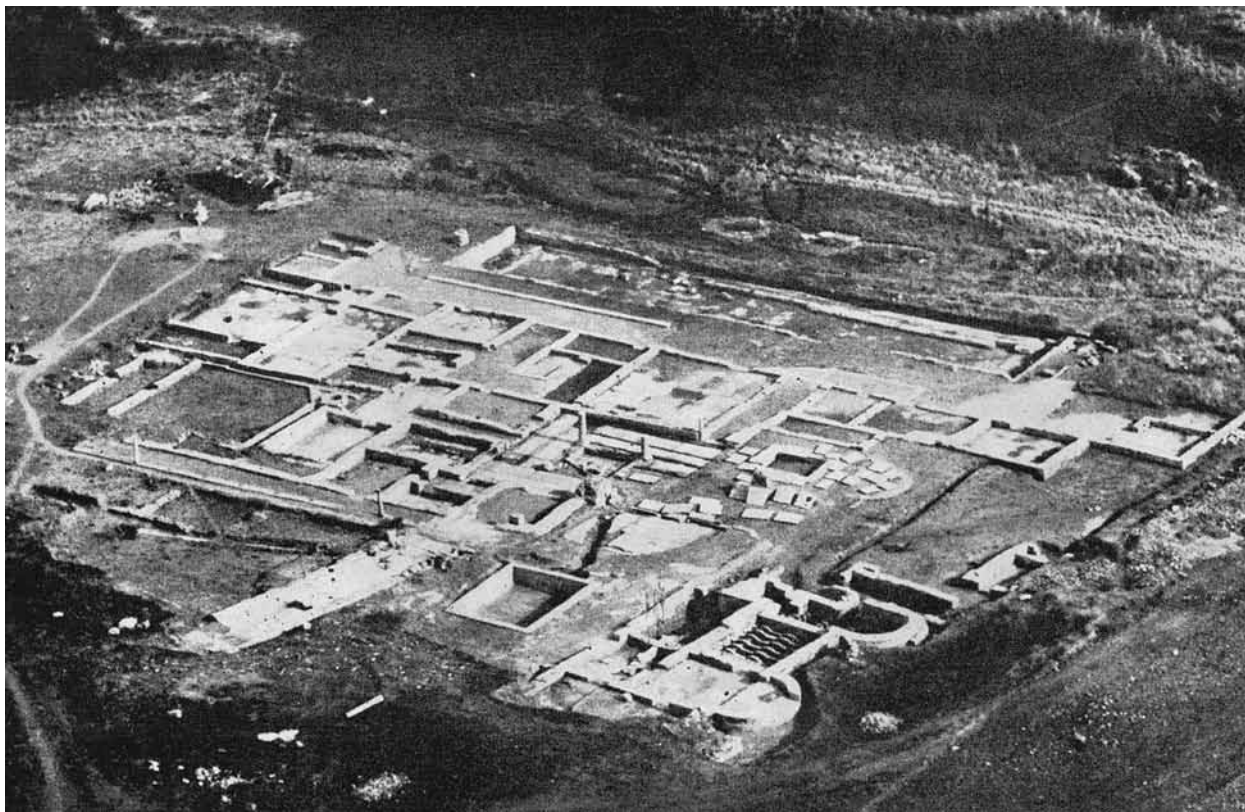


Fig. 1 – Fotografia aérea da vila romana de Pisões, no ano de 1971, onde são já visíveis os limites dos monumentos funerários, designadamente dos monumentos M1 e M2 (Ribeiro, 1972).

do principal interveniente (Ribeiro, 1972), até à data, o trabalho mais abrangente sobre o sítio. Não obstante, à luz dos avanços tecnológicos e científicos, este sítio arqueológico permanece sem um estudo de fundo que lhe permita inserir-se de um modo apropriado no conhecimento arqueológico e social.

Entre os anos de 1973 e 1977 não se procedeu a escavações arqueológicas. Certamente que tal facto se deveu à extensa área que tinha sido, entretanto, colocada a descoberto e que obrigou a uma intervenção de estabilização e preservação das estruturas (Parreira, 1979).

A partir do ano de 1978 as escavações foram retomadas, sob co-direcção<sup>1</sup> de um dos signatários, agora mais localizadas e com objectivos mais específicos, tentando responder a questões que as anteriores intervenções haviam deixado em aberto. Por este motivo, nesse ano foram abertas duas áreas distintas, uma a norte do balneário e a outra junto à sobejamente conhecida piscina da *villa*. Estas mesmas áreas viriam ainda a ser intervencionadas no ano seguinte.

É, precisamente, a intervenção na segunda

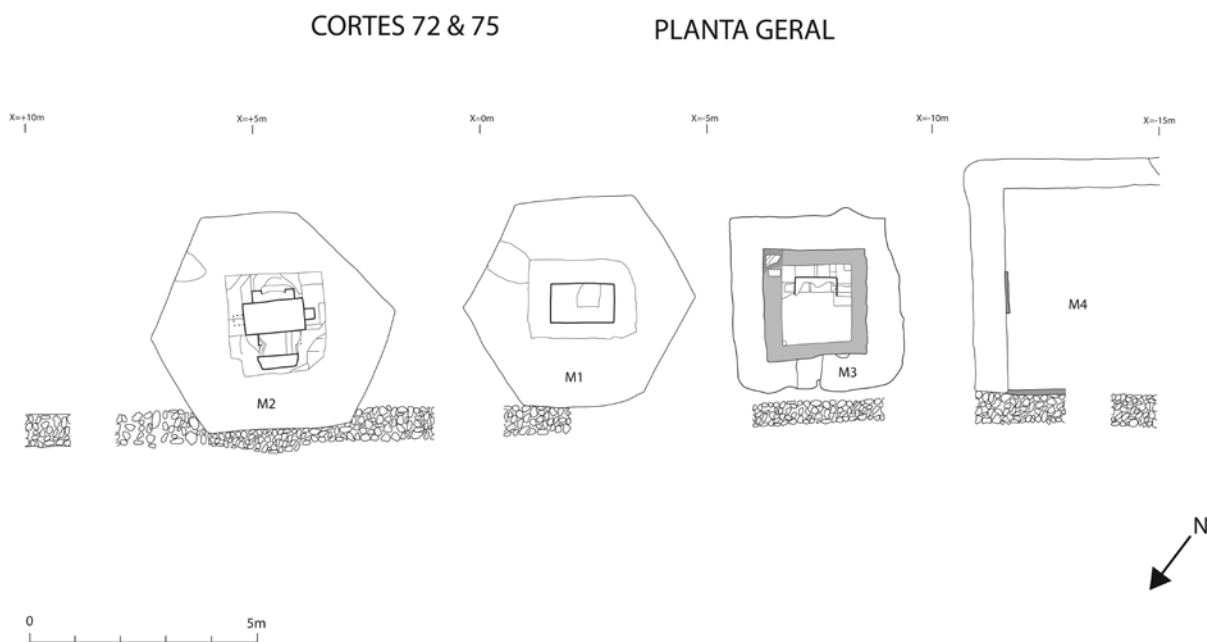
área referida que viria a revelar a existência de uma área sepulcral junto à vila romana que, embora não sendo muito comum esta proximidade, facilmente se compreende ao verificar que se trata de complexas estruturas tumulares destinadas às elites.

### 3. Os mausoléus da *villa* romana de Pisões

Como foi já avançado, nas escavações efectuadas nos anos de 1978 e 1979 colocou-se a descoberto um conjunto de estruturas funerárias que logo foram interpretadas como mausoléus. Embora as intervenções tenham revelado um índice de destruição considerável dos ambientes interiores dos mausoléus, é possível constatar que nem todos os edifícios são contemporâneos apresentando diferenças consideráveis entre si (Fig. 2). Serão mantidas as designações atribuídas, na altura, aos diferentes monumentos, nomeadamente M1, M2, M3 e M4.

Os edifícios M1 e M2 são estruturalmente idênticos apresentando uma planta hexagonal

<sup>1</sup> As escavações realizaram-se sob a responsabilidade de Fernando Nunes Ribeiro, A. M. Monge Soares e João Mário Lopes Sardica e com a colaboração de Rui Parreira e de Clara Vaz Pinto.



## PISCINA

maciça de alvenaria bem compactada. Os vestígios actualmente visíveis no local corresponderiam às suas fundações, motivo pelo qual não apresentam um alçado regular, e teriam como objectivo envolver a cavidade subterrânea destinada a receber as urnas cinerárias. Estes edifícios, como os restantes, apresentam uma caixa rectangular interior com orientação NW-SE não aparentando qualquer disposição ritual. A sua implantação/orientação parece sim respeitar a pragmática planimetria que a *villa* vinha experimentando, construindo-se estes edifícios paralelamente à grande piscina ou vice-versa.

A estrutura M1 tem uma largura média de 5,20 m e uma altura conservada de sensivelmente 1,15 m. A M2, análoga, apresenta umas dimensões de 5,50 m de largura por 1,15 m de altura conservada. Os mausoléus M1 e M2 diferem, contudo, na caixa subterrânea que contêm. O mausoléu M1 apresenta uma caixa rectangular ampla de 1,50 m por 0,85 m (Fig. 3), revestida por *lateres* de tipo *lydion* (Fernández & alii, 1999, p. 300). O fundo estaria também revestido

por *lateres*, embora aqui o tipo utilizado fosse o *bipedalis* ou o *sesquipedalis* (Fernández & alii, 1999, p. 300). A caixa subterrânea do mausoléu M2 é bastante mais complexa (Fig. 4), embora a técnica construtiva seja a mesma e aos materiais aplicados possamos acrescentar o mármore. Corresponde, portanto, a uma caixa rectangular de 1,50 m por 1,25 m ostentando ao meio um murete que subdivide o espaço em dois compartimentos de menores dimensões. O compartimento sudeste, maior, apresenta de ambos os lados (este e oeste) um nicho de pequenas dimensões.

A caixa subterrânea deste mausoléu, pela sua complexidade, apresenta uma dificuldade acrescida na leitura destes espaços. O mausoléu M1, pela simplicidade da câmara, facilmente se poderá supor que receberia tanto a urna cinerária como toda a panóplia de oferendas ao finado e ainda os materiais resultantes dos rituais praticados. O mausoléu M2, por sua vez, poderia apresentar uma separação dos materiais com diferentes finalidades. Os nichos tanto poderiam receber a urna cinerária, que deveria ser de reduzidas dimensões, quiçá

Fig. 2 – Planta geral da área intervencionada nos cortes 72 e 75. Mausoléus colocados a descoberto nos anos de 1978 e 1979.



Fig. 3 – Câmara funerária do monumento M1.



Fig. 4 – Câmara funerária do monumento M2.

os típicos potinhos de tipo X-A-5 (Pinto, 2003, p. 405), como também poderiam estar destinados a receber as lucernas. Independentemente da funcionalidade dos nichos, este compartimento estaria certamente destinado a receber a urna cinerária. O compartimento noroeste poderia estar reservado para as libações que se

fariam em memória do finado, podendo ostentar uma abertura para o interior do mausoléu, espaço destinado à frequentação pelos vivos. Relativamente aos contextos que podiam, de alguma forma, contribuir para a leitura e interpretação destes edifícios, já tinham praticamente desaparecido aquando da intervenção de campo — a maioria dos estratos internos estavam profundamente revolvidos por saqueadores modernos ou mesmo contemporâneos. Prova desta actividade são os grandes rasgos que apresentam os aglomerados maciços de argamassa, efectuados pelos destroçadores na demanda dos ambicionados tesouros. Estas práticas estão também identificadas em outras estruturas idênticas, como é o caso de um dos mausoléus do Cerro da Vila (Matos, 1984–1988, pp. 119–120).

É no exterior do mausoléu M1 que encontramos algumas evidências de rituais praticados, provavelmente, em honra do finado. No espaço localizado entre a piscina e o edifício foram registados níveis de cinzas, carvões e faunas que facilmente se poderão relacionar com banquetes funerários (Fig. 5). Outra interpretação plausível para estes níveis seria a sua identificação com o *ustrinum*. No entanto, a não identificação de níveis rubefactos inviabiliza esta possibilidade.

No que concerne à estrutura M2, dos estratos da câmara apenas restou uma fina camada de cinzas no fundo, sem qualquer tipo de materiais, que poderá ter sido resultado da violação da caixa subterrânea. No entanto, no exterior, do

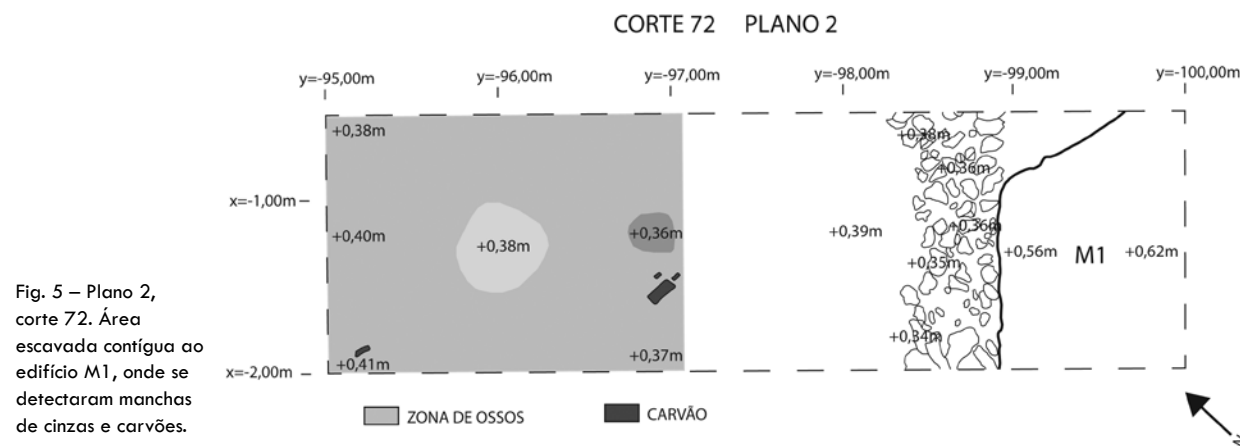


Fig. 5 – Plano 2, corte 72. Área escavada contígua ao edifício M1, onde se detectaram manchas de cinzas e carvões.

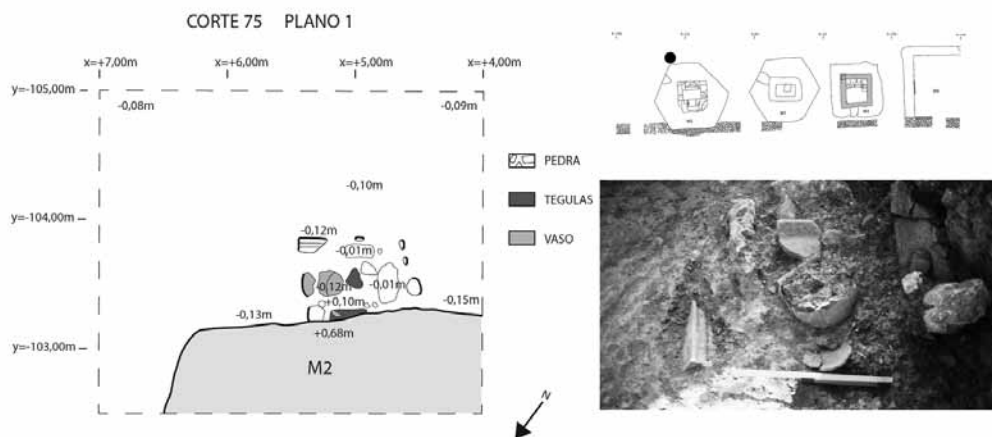


Fig. 6 – Plano 1, corte 75. Fossa onde foi depositada uma urna cinerária junto ao alçado exterior do edifício M2. Fotografia da mesma realidade com localização na planta geral.

lado sul e adossada ao mausoléu, foi aberta uma fossa onde foi colocada uma urna (Fig. 6). A sua deposição não parece ter sido casual, nem parece ter sido atirada para aí como resultado de uma violação do *locus religiosus*. Na sua delimitação por uma pequena linha de pedras e na sua posição erecta transparece um cuidado relativo na sua deposição.

A presença desta urna, neste local, não simplifica a sua leitura. Pelo contrário, obrigamos a deixar em aberto duas possibilidades. Por um lado, a sua deposição fora do monumento poderá dever-se à sua remoção do interior para colocação de um outro indivíduo, ainda em período romano; por outro, poderá ser o resultado de um sepultamento de alguém que queria acompanhar o proprietário do mausoléu ou, pelo menos, ser sepultado em área próxima.

A urna, de cerâmica comum local/regional, apresenta o fundo furado (Fig. 7). Estes orifícios, embora não muito comuns, estão perfeitamente atestados nas urnas cinerárias com a finalidade, de um ponto de vista simbólico, de libertação do espectro do defunto após a cremação, mas também estarão relacionados com as práticas de libação que decorriam durante o funeral (Blaizot, 2009, p. 169; Braga, 2010, p. 86). Desta forma, os líquidos oferecidos ao defunto poderiam ser escoados da urna com facilidade.

Ainda no mesmo local e abaixo do nível onde se descobriu a urna cinerária foi exumado um grande fragmento daquilo que poderá corresponder a uma cancela, janela ou grelha em mármore (Figs. 8 e 9). Certamente que corres-



Fig. 7 – Urna recolhida na fossa aberta ao lado do mausoléu M2. Apresenta o fundo perfurado.

ponderia a um elemento decorativo, deste ou dos mausoléus contíguos, que fora extraído em alguma remodelação dos edifícios não mais sendo utilizado. Certo é que a sua deposição não afectou a urna que se encontrava imediatamente acima (Fig. 7) e que nos compulsou a ponderar que a urna tenha sido retirada do interior do edifício em momento coevo da re-



Fig. 8 – Plano 2, corte 75. Fragmento de janela de mármore recolhido na mesma fossa onde havia sido encontrada a urna (ver Fig. 6).

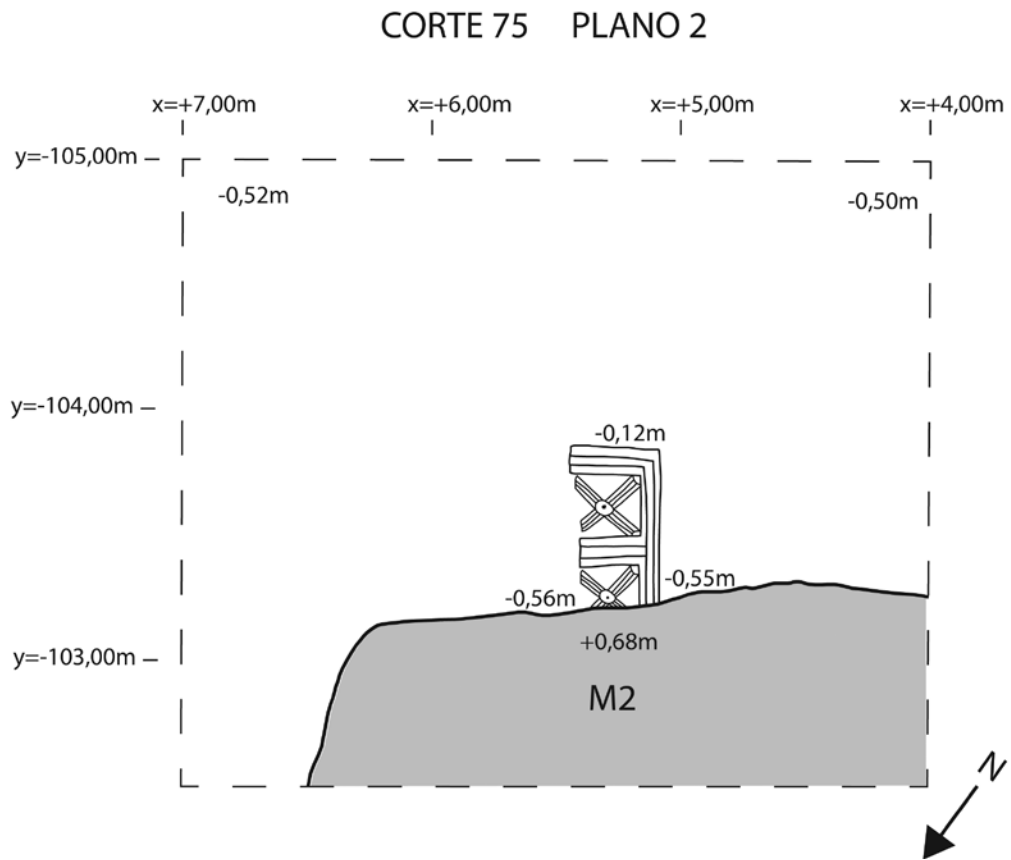
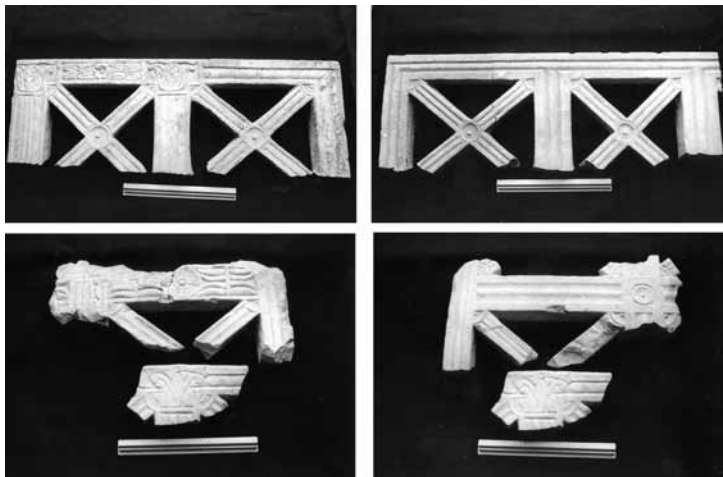


Fig. 9 – Fragmentos de janelas em mármore: do corte 75 (em cima) e de escavações antigas (em baixo).



modelação do mausoléu e, automaticamente, à sua deposição. Esta remodelação poderá comprovar a usurpação do mausoléu por um familiar do proprietário primitivo, como acontecia frequentemente no mundo funerário romano (Vaquerizo, 2010, p. 155, 2011, p. 95).

No que se refere ao elemento arquitectónico, confessamos que faz mais sentido que tenha sido utilizado como janela do monumento. A

sua utilidade como cancela não parece ser viável tendo em conta a dispensável necessidade de separação de dois espaços dentro de um edifício de pequenas dimensões. Acresce que as cancelas parecem ser mais tardias, surgindo no contexto da cristianização do extremo ocidente peninsular (Wolfram, 2011) e com motivos que se poderão considerar anteriores. Nos cantos foram sulcadas flores

de lótus, ligadas entre si por grinaldas que ostentam no centro rosetas de três ou quatro pétalas, temática que se poderá relacionar com o mundo funerário. Outro exemplar oferece a mesma temática onde a flor representada foi substituída por uma flor-de-lis.

O edifício M3 é distinto tanto planimetricamente como formalmente dos anteriores, mas, mais

uma vez, a técnica construtiva é idêntica. Trata-se de uma estrutura maciça em alvenaria bem compactada, quadrangular, de 4 m de largura máxima por 0,95 m de altura conservada. A câmara encontra-se revestida por *lateres* dos tipos já verificados nos mausoléus M1 e M2, mas entre estes e a estrutura maciça de argamassa foi detectada uma estrutura de terra com cascalho onde assentaria uma outra estrutura de argamassa e pedra da qual ainda se registou o arranque (Fig. 10). Poderemos atestar que, também neste mausoléu, o mármore foi utilizado na sua edificação, uma vez que apareceu um pequeno fragmento, que restou in situ, a revestir o fundo da caixa tumular, além de que nas sondagens efectuadas nas suas imediações este foi encontrado com frequente abundância. Tal como foi apontado para o mausoléu M1, também o mausoléu M3 conservaria a totalidade dos materiais e urna no interior da câmara funerária. Esta não apresenta qualquer tipo de separação, embora se encontre muito destruída. No entanto, em ambos os casos não sabemos se a câmara ostentaria algum tipo de orifício ou canalização que a ligaria ao interior do edifício com a finalidade de conceber libações. Também este mausoléu apresentava, como atrás referido, o interior bastante revolvido, especialmente o lado norte que ficou, inclusive, com os alçados internos completamente destruídos. À semelhança do acontecia no mausoléu M2, do lado sul e adossada ao edifício foi identificada uma fossa rectangular bem delimitada com um nível de enchimento contendo abundantes fragmentos de mármore. Este nível envolvia um grande fragmento de uma está-



Fig. 10 – Restos da câmara funerária do monumento M3.

tua de mármore (Fig. 11). É possível supor para este nível uma realidade idêntica àquela apontada para o fragmento de janela ou grelha, resultando pois de uma remodelação/apropriação do edifício.

A estátua corresponde a um indivíduo togado que, como tantas outras, adornariam os mausoléus (López, 1997). Não restou muito da peça: conserva-se grande parte da metade esquerda, assim como o braço e a mão. Na mão segurava algum objecto do qual restou apenas um fragmento cilíndrico curvo (Fig. 12). A toga envolve a totalidade do corpo conservado, ficando apenas a mão a descoberto, parecendo que uma das pontas descansa sobre o ombro. As pregas da toga são profundas e bem delimitadas permitindo perceber os contornos que esta tem sobre o corpo.

Parece evidente que após a construção destes edifícios, pelo menos dos mausoléus de planta hexagonal, foi levantado um murete que separou a vila deste espaço funerário (Fig. 2). Efec-

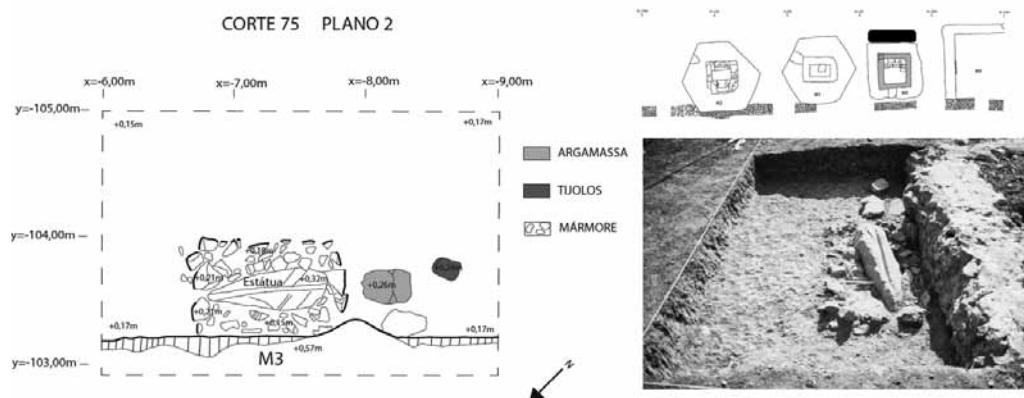


Fig. 11 – Plano 2, corte 75. Fossa onde foi depositado um fragmento de estátua togada de mármore, junto ao alçado exterior do edifício M3. Fotografia da mesma realidade com localização na planta geral.

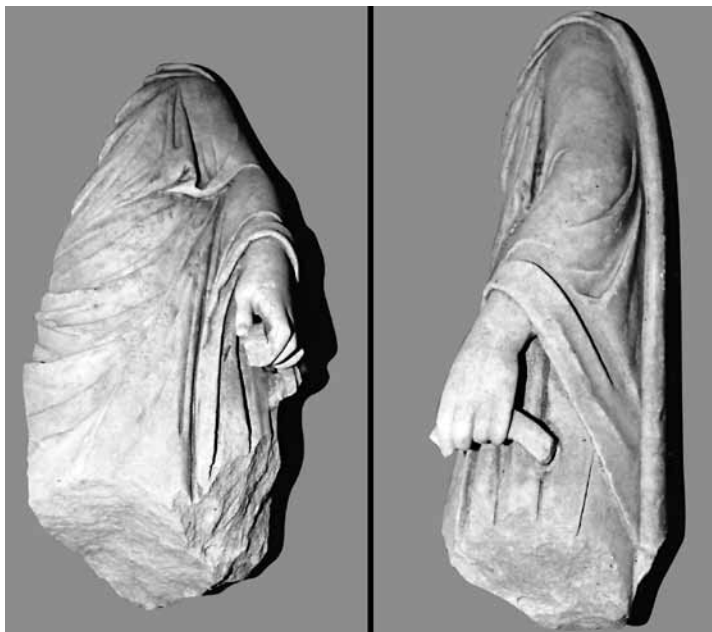


Fig. 12 – Fragmento de estátua togada recolhida na fossa que se adossava ao mausoléu M3.

tivamente, esta estrutura encontra-se adossada aos mausoléus M1 e M2 sem que as pedras do muro estejam coladas à argamassa. Ora tal realidade obriga-nos a ponderar a antiguidade destes mausoléus face à edificação do murete. Por outro lado, o murete não é anterior aos níveis de cinzas identificados do lado norte do mausoléu M2. No entanto, deveria já estar construído quando são abertas as duas fossas identificadas do lado sul dos mausoléus M1 e M3. Parece evidente que estas fossas foram abertas ao lado ou atrás dos edifícios com o objectivo de encobrir materiais retirados do *locus religiosus*. Desconhecemos, contudo, o motivo que potenciou a separação física dos dois espaços, o espaço dos vivos e o espaço dos mortos. Não é descabido supor que esta área funerária estivesse mais distante da vila que, evoluindo em tamanho, se aproximou da área funerária. Neste sentido, poderá ter sido a construção da piscina que obrigou à construção do referido muro, sem que tenhamos, contudo, argumentos irrefutáveis para esta afirmação. Seria necessário, além da cronologia dos mausoléus que adiante avançaremos, conhecer a cronologia de construção da piscina (Ribeiro, 1972, pp. 37–38). Infelizmente, como acontece para a maioria de construções antigas deste género, as datações obtidas reportam-se na maioria ao *terminus post quem*, uma vez que

poderão apresentar uma utilização contínua durante bastante tempo.

Mas independentemente desta problemática, certo é que algo obrigou a uma separação simbólica entre a *villa* e a necrópole, concretizada pela construção do referido muro que atravessa a totalidade da área intervencionada, auferindo-lhe um comprimento conhecido de cerca de 30 m. Corresponde a uma estrutura construída em pedra seca envolvida em terra argilosa que não excede uma largura de 0,58 m.

A construção desta estrutura levanta, contudo, uma questão que se prende com o local de acesso ao interior dos mausoléus. Infelizmente, as entradas não se conservaram nos vestígios hoje visíveis, certamente por estas estarem mais elevadas face ao solo de utilização em redor destes. Seria de supor que a entrada estaria virada a noroeste; contudo, é precisamente nesse local que foi elevado o murete. Não obstante, cremos que este murete não inviabilizaria a localização da entrada virada para a vila, motivo que levou ao tumular dos elementos decorativos na parte sul dos edifícios.

Após a construção dos mausoléus e da barreira metafórica materializada com o murete, foi ainda criado um recinto funerário que se adossou a este, não superando os 5 m de largura. Pouco sabemos sobre este espaço. O tempo despendido para as intervenções realizadas nos anos de 78 e 79 não foi suficiente para esgotar os níveis estratigráficos que enchiam o espaço em causa. Apenas foi possível colocar a descoberto as paredes do recinto funerário, constatando que os interiores dos alçados estariam revestidos com argamassa. A presença de argamassa de revestimento sugere que este recinto funerário estaria coberto ou, inclusive, que se trate de um quarto mausoléu.

#### 4. Os mausoléus no mundo funerário romano

A grande variedade de monumentos funerários romanos alto-imperiais, alguns deles de arquitectura monumental, impossibilita o estabelecimento de uma tabela tipológica que permita a padronização de edifícios arquitecturalmente semelhantes. Assim, além

da grande dificuldade em compreender e interpretar os diferentes mausoléus que vão aparecendo, nem sempre é possível encontrar paralelos tipologicamente equivalentes que auxiliem o seu estudo.

Efectivamente, o mundo funerário romano alto-imperial caracteriza-se por uma grande vontade ostentativa dos finados e seus descendentes. Obviamente que tal exibição variava consoante a importância política do defunto, o poder aquisitivo, o seu estatuto social e também a consideração dos familiares.

Estes edifícios correspondiam a autênticos jazigos familiares que tinham como função acomodar os restos mortais das diferentes gerações. Não obstante, poderiam acabar por constituir marcos na paisagem, que resistiam ao tempo, devido à importância que tinham como pontos referenciais, como é o caso do mausoléu de Cerro da Vila (Matos, 1984–1988), o templo/mausoléu de Milreu (Hauschild, 1984–1988), os monumentais mausoléus circulares de Córdoba (Vaquerizo, 2001, 2002) (Fig. 13) ou ainda o sobejamente conhecido mausoléu de Abla (Rodríguez & *alii*, 2010).

A partir do momento em que os espaços da morte deixam de ser entendidos como áreas a ocultar na paisagem, inicia-se um complexo processo de monumentalização funerária que ganha especial alento durante os séculos I e II d.C. Este fenómeno não se tem vinculado apenas a grandes edificações monumentais, também são aqui consideradas sepulturas coroadas com edículas abertas, altares monumentais e grandes estelas funerárias ricamente ornamentadas (Beltrán, 2000, p. 114).

Até há bem pouco tempo era considerado que este fenómeno, especialmente no sul peninsular, acontecia quase exclusivamente em meios urbanos (Beltrán, 2000, p. 114). No entanto, tanto na *Baetica* como na *Lusitania*, sabemos hoje que esta influência acabaria por chegar prontamente ao mundo rural, como o comprovam os monumentos funerários da *villa* romana de Pisões.

Admitimos, contudo, que é nas cidades que as necrópoles apresentam maiores áreas diferenciadas de prestígio (*viae sepulcralis*) onde a ânsia de ostentação é maior e mais



competitiva. Por este motivo, nas cidades, as necrópoles dão uma nova definição aos espaços da morte que se inicia durante a República Romana. Veja-se, a título de exemplo, os já referidos monumentos funerários circulares cordubenses de Puerta de Gallegos que, inspirados nos modelos tipicamente romanos, transparecem uma clara mensagem de poder e prestígio intimidando aquele que entrasse na cidade por esta “dupla porta” (Vaquerizo, 2010, pp. 116–117).

Mas nas cidades, com uma maior densidade populacional, há também uma maior necessidade de espaços para deposição da matéria escatológica. Por este motivo, durante o século I d.C., os grandes edifícios funerários começam a perder o carácter individual de que vinham gozando. A área disponível para ostentação individual começa a reduzir-se gradualmente até que, no século II d.C., os edifícios funerários públicos passam a ser a grande prioridade nas necrópoles urbanas. Apenas os mais influentes poderão continuar a usufruir desse privilégio.

Esta realidade, potenciada pela necessidade colectiva de sepultamento, é fortemente auxiliada pela construção de *columbaria* que incentivam o aumento de enterramentos em áreas reduzidas. Obviamente que o enterramento individual continua a ser maioritariamente praticado; contudo, denota-se uma crescente utilização dos *columbaria*.

Os exemplos de *columbaria* no sul peninsular são muitos, dos quais não poderíamos deixar de referir aqueles que foram identificados em

Fig. 13 – Puerta de Gallegos, Córdoba. Monumentos funerários de planta circular localizados na saída ocidental da urbe (Vaquerizo, 2010, p. 116).



Fig. 14 – Columbário da Avenida de Andalucía, Cádiz (http://chusay2.blogspot.com.es/2012/04/columbarios-romanos-de-cadiz.html).

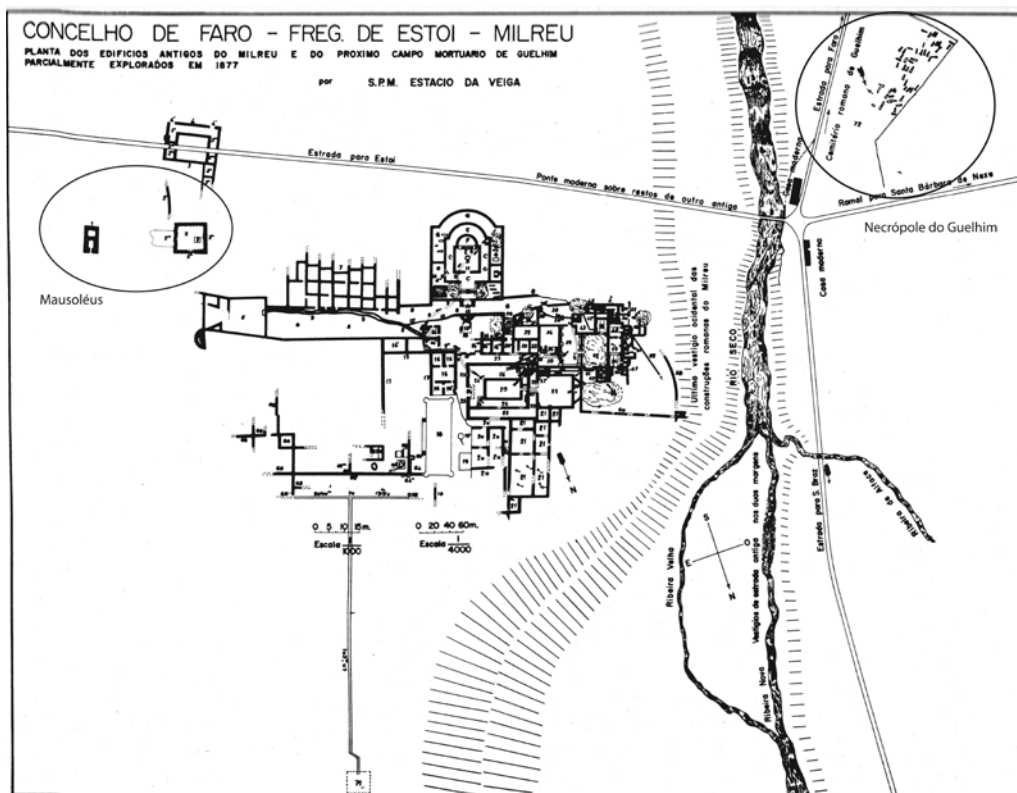
Cádiz, de planta simplificada e de grandes dimensões, como o columbário da Avenida de Andalucía (Fig. 14), ou podendo ser mais complexos e de menores dimensões, como o columbário da Calle General Ricardos (Vaquerizo, 2010, p. 156).

Em âmbito rural, onde a necessidade de espaço não se faz sentir de forma tão acentuada, é onde a monumentalidade funerária atinge, por vezes, a sua maior capacidade. Nas *villae*, as famílias criam autênticos jardins funerários,

onde podem estipular premeditadamente o local onde se querem fazer sepultar, construindo ricos mausoléus destinados a receber os recipientes cinerários ou o cadáver.

Tal realidade pode ser verificada também na vila romana de Pisões, onde foram construídos mausoléus destinados a acomodar os restos mortais dos proprietários e seus descendentes. Estes edifícios deveriam estar rodeados por outros equipamentos que pretendiam demarcar ou separar este espaço da morte da restante vila, possivelmente até uma área ajardinada. Podemos ainda supor que para sul dos mausoléus se poderia estender a necrópole comum destinada aos restantes membros que habitavam a vila, isto se não se encontrar em área completamente distinta, como acontece em Milreu. Com efeito, na vila romana algarvia foram detectadas duas áreas completamente distintas (Fig. 15), uma destinada às elites da vila (a este) e a outra destinada aos escravos e trabalhadores (a oeste da vila, necrópole do Guelhim) (Veiga, 1891, pp. 102–103; Santos, 1972, pp. 179–200, 239–242; Hauschild, 1984–1988, Fig. 5).

Fig. 15 – Localização dos espaços funerários na vila romana de Milreu, Faro. Cópia da planta encomendada por Estácio da Veiga (Hauschild, 1984–1988, Fig. 5).



Efectivamente, a curta distância que separa os mausoléus e a ribeira poderá inviabilizar aí a localização da necrópole. Faz todo o sentido que esta se possa localizar para lá da linha de água, seguindo o padrão de abundantes paralelos, nomeadamente os casos da necrópole da Terrugem, Elvas (Viana, 1950; Wolfram, 2011), da necrópole de Casal do Rebolo, Sintra (Gonçalves, 2012), sendo também possível esta realidade na necrópole do Amendoal, nos arredores de Faro, recentemente escavada.

É curiosa esta separação mitológica do mundo dos vivos e do mundo dos mortos, patente na própria organização das cidades ou vilas romanas. É frequente encontrarmos necrópoles, como vimos, que estão separadas dos aglomerados habitacionais por pequenos cursos de água, reminiscência do mito de Caronte, barqueiro que estava encarregado de transportar as almas recém-chegadas ao Hades sobre os rios Estige e Aqueronte e que separavam ambos os mundos (Verg., *Aeneida VI*, 298–301; Grimal, 1999, p. 76).

No território actualmente português não são muito abundantes os mausoléus conhecidos do Alto Império romano. Curioso, contudo, é que tenhamos maior conhecimento de mausoléus em âmbito rural, como é o caso de Cerro da Vila (Matos, 1984–1988), de Milreu (Hauschild, 1984–1988, fig. 5), da Quinta de Marim (Graen, 2007, pp. 268–270) e da Quinta da Fórnea (Santos & Carvalho, 2008), que de mausoléus em âmbito urbano, sendo exemplo os casos pouco conhecidos de Lisboa (Silva, 2005, pp. 31–33, 2009, 2012) e também de Braga (Martins & *alii*, 1989; Martins & Delgado, 1989–1990; Martins & *alii*, 2010, p. 73; Fontes & *alii*, 2010, pp. 11–12; Braga, 2010, p. 65).

Esta realidade poderá ser resultado de dois fundamentos plausíveis. Por um lado, é compreensível que os vestígios de ocupações humanas se conservem com mais probabilidade em meios rurais, em contrapartida às cidades onde a evolução urbanística oculta ou destrói esses mesmos vestígios. Por outro lado, poderá ser também resultado de um distinto investimento na investigação efectuada em ambos os meios.

## 5. Os mausoléus da villa de Pisões no quadro dos espaços da morte romanos

Sobre os mausoléus rurais citados, é evidente a transversalidade individual que todos apresentam. Parece evidente que também os mausoléus de Pisões foram edificados para enterramentos individuais destinados, seguramente, aos proprietários da vila. Quizá até não seja despropositado pensar que os mais antigos, os de planta hexagonal, correspondam àqueles que acomodaram os primitivos proprietários ou, mais seguramente, os seus descendentes.

Não esqueçamos, contudo, que em determinado momento, que não podemos precisar, os mausoléus foram remodelados/reutilizados, o que é comprovado pela existência de *spolia* decorativos de mármore ocultados nas imediações dos edifícios juntamente com uma urna. Acreditamos que esta não era a deposição primária da urna que, apresentando o fundo furado antes da cozedura, deveria contemplar uma canalização que permitiria a condução das libações para o seu interior.

Estes factos parecem dar consistência a que pelo menos duas das edificações foram limpas para posterior utilização por outros intervenientes, porventura herdeiros dos primeiros proprietários. À luz destes dados poderemos supor que este conjunto de edifícios recebeu pelo menos duas das gerações de proprietários da vila, o que lhe auferiu um intervalo temporal de utilização de, pelo menos, cem anos.

Desconhecemos o nome daqueles que foram sepultados na câmara funerária subterrânea dos mausoléus sem, no entanto, descartamos o nome que ostenta a ara que foi recolhida na Herdade da Almocreva (Fig. 16). Efectivamente a família Atilia poderá ter sido a proprietária da vila (Ribeiro, 1972, p. 42; Alarcão, 1974, p. 111). Esta ara foi já devidamente analisada e interpretada (Encarnação, 1984, pp. 360–361); contudo, não é demais lembrar alguns pormenores importantes para a nossa análise.

Aquilo em que os diferentes investigadores sempre pareceram estar em consenso foi que, de facto, *Gaius Atilius Cordus* deverá ter sido

Fig. 16 – Ara dedicada a *Gaius Atilius Cordus* recolhida nos terrenos da Herdade da Almocreva.

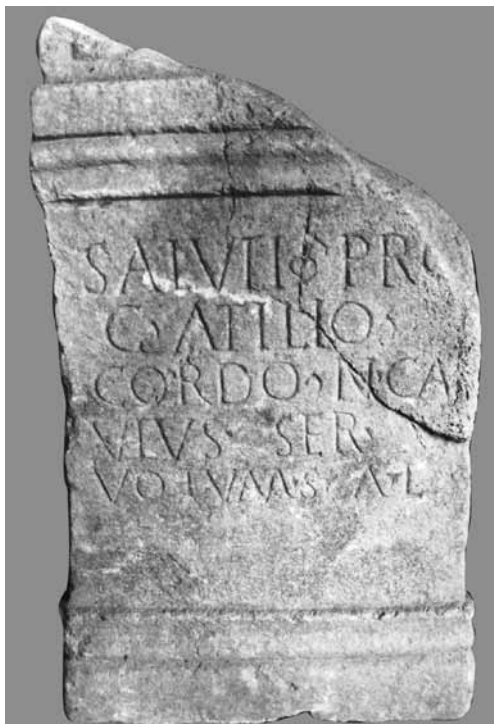


Fig. 17 – Lápide funerária dedicada a *Fabiano* identificada na Herdade da Almocreva.



Foi ainda identificada nesta propriedade uma lápide funerária dedicada a *Fabianus* pela sua mulher (Fig. 17). No entanto, este indivíduo não ostenta no nome os típicos *tria nomina* latinos, o que poderá indicar tratar-se de um escravo (Encarnação, 1984, p. 375) ou liberto. Refira-se ainda a existência de uma *cupa* em granito (Fig. 18), matéria abundante nos elementos arquitectónicos identificados, que não permite leitura.

Fig. 18 – *Cupa* funerária identificada na mesma propriedade.



Fig. 19 – Frontão de mármore com coroa funerária representada.



um dos proprietários da vila, comprovado pela dependência de escravos a este, mesmo após a sua morte. O escravo *Catulus* cumpriu com o seu dever para com o seu senhor, manteve viva a memória do seu amo dedicando-lhe um memorial que, desprovido de contexto, impossibilita a sua associação aos mausoléus.

Efectivamente foram identificados bastantes elementos arquitectónicos na vila romana ou nas suas imediações. É também o caso de um frontão em mármore adornado com uma coroa funerária que reforça a possibilidade de este haver pertencido a um dos mausoléus intervencionados nos anos de 1978 e 1979, possivelmente o M3 (Fig. 19).

Este elemento, ao qual se podem juntar os fragmentos de janelas ou grelhas em mármore de reticulado quadrangular preenchido por elementos em forma de X, seguramente que correspondem a componentes arquitectónicos de algum, ou alguns, dos mausoléus. É bem conhecida a utilização destes elementos em mármore em edifícios funerários, inclusive portas, nos mausoléus da *Via dei Sepolcri* de Pompeia (Kockel, 1983, pp. 160–165).

A estátua togada funerária (Carvalho, 1991–1992, pp. 145–146, 1993–1994, p. 67) corresponderia a um elemento decorativo de um dos mausoléus, que neste caso seria

o M3 e ao qual se encontra claramente associado, senão se tratar mesmo de uma representação do defunto aí sepultado, garantindo assim a melhor forma de preservar a sua memória. Na estatuária funerária recolhida na vila romana de Pisões encontramos também a representação de um Eros deitado sobre uma pele de leão que é frequentemente associado a contextos fúnebres (Carvalho, 1991–1992, p. 146, 1993–1994, p. 67).

A preservação única das fundações dos edifícios dificulta enormemente a sua interpretação e conhecimento arquitectónico. Esta realidade impossibilita um estabelecimento comparativo seguro com mausoléus que possam ser formalmente idênticos. Apoiar-nos-emos, sobretudo, na planimetria para que possamos esboçar algumas linhas de pensamento e para que possamos argumentar sobre a cronologia das estruturas funerárias da vila romana de Pisões.

Efectivamente, a construção destes edifícios com matéria-prima reutilizável faz deles bons locais de extracção de pedras para reutilização em qualquer outra construção. Talvez este factor tenha também contribuído para a deficiente conservação dos mausoléus que não permite conhecer a sua evolução real em altura e forma. Por este motivo não descartamos de todo que possam corresponder a “monumentos de tipo torre” como aquele que foi identificado na vila romana do Cerro da Vila (Matos, 1984–1988, p. 120).

Os paralelos que podemos encontrar para os mausoléus de planta hexagonal parecem, com efeito, corroborar essa tipologia. Estes edifícios não são comuns e apenas pudemos constatarlos em *Cirro*, na Síria, onde está documentado um mausoléu de planta hexagonal com tecto em forma de pirâmide (Ball, 2000, pp. 361–367, Fig. 112 A), que o autor propõe ser uma reminiscência egípcia, e também em *Ammaedara* (Haïdra, Tunísia) se pode encontrar este tipo de estrutura funerária, datada do século II d.C. (Toynbee, 1996, p. 131), em tudo semelhante à de *Cirro* exceptuando o tecto em pirâmide (Fig. 20).

Aquilo que é comparável com os edifícios que citámos é, de facto, a forma hexagonal da planta; sobre a morfologia/tipologia nada se



Fig. 20 – Mausoléus de Cirro, Síria (Ball, 2000, Fig. 112A), com o característico tecto em pirâmide e de *Ammaedara*, Haïdra, Tunísia (Toynbee, 1996, p. 131).

poderá adiantar. Não obstante, a raridade de estruturas funerárias de planta hexagonal obriga-nos a pensar que os mausoléus da vila romana de Pisões não deveriam ser muito distintos. A característica mais exógena parece ser a forma em pirâmide do tecto, que não arriscamos associar às estruturas de Pisões. Sobre a datação destas estruturas, se os contextos não permitem argumentar sobre a cronologia de abandono, devido às violações



que foram detectadas no interior das câmaras funerárias, e menos ainda sobre a cronologia de construção, os poucos paralelos possíveis de estabelecer apresentam uma cronologia uniforme possível de adaptar aos mausoléus de Pisões.

Sabemos de antemão que os mausoléus de planta hexagonal da vila lusitana não poderão apresentar uma cronologia de construção anterior ao século I d.C. Até ao momento não é possível supor uma fundação da vila anterior à viragem da era (Ribeiro, 1972, p. 41). Embora a técnica construtiva seja bastante distinta, pelo menos das fundações, é plausível uma datação centrada no século II d.C. para estes imóveis. A ser assim, não teriam sido edificadas para receber os restos mortais do primeiro proprietário da vila.

Os edifícios funerários de “tipo torre” apresentam um vasto reportório em todo o mediterrâneo onde poderemos encontrar edifícios completamente distintos e até com funcionalidades distintas, embora sempre comemorativos ou simbólicos (Heras & Olmedo, 2010, p. 50). Certo é que todos apresentam um aspecto monumental e desenvolvimento vertical. Não é de estranhar a frequente associação desta arquitectura a uma origem oriental (Prados, 2008, 2010, p. 46) que acabaria por adaptar-se ao conceito arquitectónico romano.

Os edifícios genuinamente itálicos apresentam características ligeiramente distintas, conhecidas através das estruturas funerárias de Roma, Pompeia ou Herculano. Embora as técnicas construtivas se possam considerar as mesmas (Heras & Olmedo, 2010, p. 50), são frequentes os edifícios maciços que pretendem imitar a habitação do finado estando também presentes, contudo, alguns imóveis de “tipo torre”. Ainda assim, insistimos que a norma itálica corresponde a estruturas de desenvolvimento horizontal imitando, inclusive, as aras funerárias monolíticas (Beltrán, 1990), imitação essa que também se poderia encontrar na pira cinerária. Informa-nos Plínio (*Naturalis Historiae*, XXXV, 7) que a pira poderia ser em forma de altar, ricamente revestida e decorada com pinturas segundo o poder e importância de cada um (Lillo, 2001–2002, p. 139). Poderá ser este o

caso do mausoléu M3 que apresenta uma planta quadrangular, talvez inspirada nos modelos itálicos, porventura correspondendo a um monumento com edícula, onde estaria colocada a estátua. Ainda assim, lembramos que das estruturas funerárias da vila romana de Pisões restam apenas as fundações, sobre as quais é extremamente difícil conhecer o seu desenvolvimento vertical. Assim, parece evidente a clara influência itálica patente nestas edificações com algumas inovações exógenas adaptadas aos conceitos locais.

A dificultar mais ainda o estudo deste mausoléu (M3) está a vasta proliferação de estruturas funerárias idênticas construídas, quer durante o século I, quer durante o século II d.C., como é o caso do mausoléu de Abla (Rodríguez & alii, 2010). Não obstante, o caso mais semelhante e geograficamente mais próximo é a estrutura funerária identificada e escavada na Quinta de Marim (Olhão) por Estácio da Veiga (Santos, 1972, pp. 262–264; Graen, 2005, p. 268). Também esta estrutura é interpretada como um mausoléu de “tipo torre” datada do século II ou início da centúria seguinte (Graen, 2005, p. 268).

A cronologia proposta parece estar de acordo com o que vimos sugerindo sobre a evolução dos edifícios funerários de Pisões. Efectivamente, os mausoléus de planta hexagonal (M1 e M2) parecem ser os mais antigos, aos quais se terá seguido a construção do mausoléu M3, embora não muito depois destes. Não poderíamos ainda deixar de referir que, também no mausoléu da vila romana algarvia, foi recolhido um fragmento escultórico em mármore, que foi tido como pertencente a um Eros funerário (Graen, 2005, p. 269).

Outros paralelos se podem encontrar na Lusitânia rural, embora não tão semelhantes, como o mausoléu da vila romana de Cerro da Vila (Matos, 1984–1988, pp. 119–120), correspondente a uma estrutura maciça de argamassa sem câmara funerária (Fig. 21), e ainda os mausoléus de Milreu (Hauschild, 1984–1988, fig. 5), tipologicamente mais próximos ao mausoléu 1 de Cerro da Vila (Matos, 1984–1988, fig. 1).

Mérida conta com um vasto repertório de mausoléus de planta rectangular de diferentes



Fig. 21 – Mausoléu “torre” da *villa* romana algarvia de Cerro da Vila (Matos, 1984–1988, foto 2).

tipologias, aos quais somam agora mais dois edifícios recentemente descobertos (Heras & Olmedo, 2010). No entanto, talvez por lidarmos com estruturas da principal urbe lusitana, estes são mais antigos, geralmente do século I d.C. (Heras & Olmedo, 2010, p. 52; Bendala, 1972, pp. 252–253), e correspondem a monumentos destinados a famílias, motivo pelo qual são frequentemente denominados de columbários. Contrariamente, os monumentos alentejanos destinam-se apenas a um indivíduo, mas como vimos, esta discrepância resulta do âmbito funerário, rural ou urbano, em que os monumentos se encontram.

## 6. Em suma

Embora a inexistência de contextos *in situ* que permitissem auxiliar este estudo, julgamos que se conseguiu um enquadramento histórico e evolutivo dos edifícios monumentais funerários da *villa* romana de Pisões. Para isso recorremos a uma arqueologia comparativa de edifícios idênticos já conhecidos, cuja génese e evolução permitem uma integração cronológica dos mausoléus aqui tratados.

São evidentes as semelhanças entre os primeiros mausoléus edificados (referimo-nos aos de planta hexagonal) que, embora apresentem uma câmara subterrânea ligeiramente distinta, resultante, provavelmente, da remodelação/reutilização do edifício M2, deverão ter sido construídos quase em simultâneo ou com um curto espaço temporal entre si. Tendo em conta os dados estratigráficos, parece provável que o primeiro (M2) serviu de modelo ao segundo (M1), mantendo as influências mediterrânicas orientais transmitidas por uma mentalidade romanizada.

As semelhanças entre os primeiros mausoléus construídos contrastam, contudo, com as características do mausoléu M3, tipologicamente distinto. Desde logo é evidente a variação planimétrica que terá proporcionado uma evolução vertical do edifício também distinta da dos seus contíguos (Fig. 22). Este mausoléu, correspondente à geração seguinte de edifícios desta funcionalidade na vila, poderá ter sido resultado de uma alteração dos gostos ou influências da arquitectura funerária, quiçá, agora genuinamente itálica.

Não obstante a evolução deste espaço, é evidente a sua organização espacial em relação aos limites da *villa*. Embora próximos,

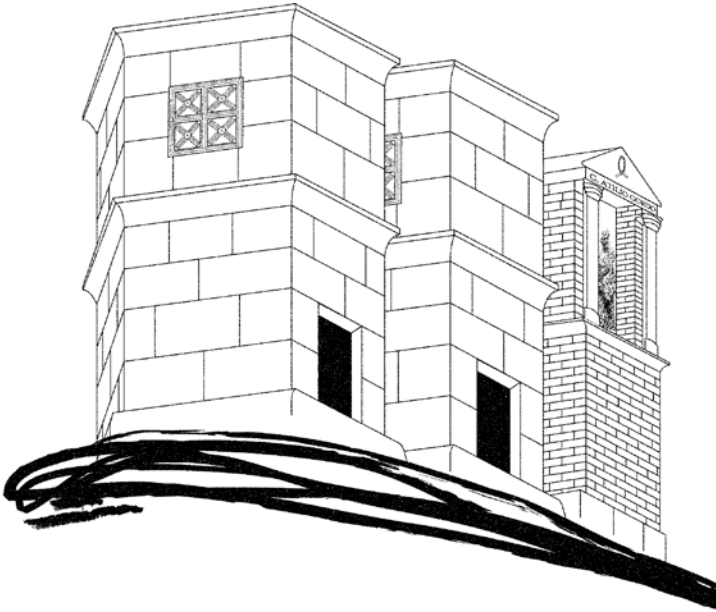


Fig. 22 –  
Reconstituição ideal  
dos mausoléus  
romanos da vila  
romana de Pisões da  
autoria de um dos  
signatários (C.P.).

ambos os espaços encontram-se separados por uma barreira profiláctica. Estes monumentos, ainda que organizados segundo a planimetria da vila para que se destaquem no quotidiano dos seus habitantes, terão correspondido também a marcos na paisagem transtagana. É evidente que os critérios de construção de edifícios monumentais funerários não se regem pelos mesmos aplicados para as comuns necrópoles romanas.

Parece consensual a proposta de que os monumentos funerários em torre, principalmente os que oferecem uma cronologia bastante recuada, apresentam características de

tradição púnica, como é o caso do mausoléu gaditano de “Hornillo de Santa Catalina”, localizado na necrópole oriental de *Claudia Baelo* (Prados, 2011, p. 197, Fig. 6) e bastante bem conservado na época de Bonsor. Ao longo do século I d.C., os atributos destes edifícios foram sendo alterados e adaptados à apreciação funerária romana.

Neste sentido, talvez os mausoléus M1 e M2 da vila romana de Pisões possam corresponder a subsistências desses “edifícios torre” que pretendem projectar ao céu a salvação da alma (Prados, 2005, p. 637) da elite local.

O monumento M3, talvez com o objectivo de seguir os seus contíguos poderá corresponder a um mausoléu vertical com edícula onde estaria colocada a estátua aparecida na base do edifício. Efectivamente estes monumentos encontram-se bem documentados no mundo funerário itálico, sendo os de Pompeia aqueles que se encontram mais conservados, dando uma analogia de como poderia ser aquele identificado na Herdade da Almocreva, como é o caso do monumento de *Publius Vesonius Phileros* (Van Andringa & Lepetz, 2010).

Não obstante a influência cultural patente nos monumentos, difícil de provar pelos vestígios remanescentes, estes foram seguramente construídos como edifícios duradouros que deveriam servir como ferramenta comunicadora de dois mundos completamente distintos (Prados, 2010, p. 39), além de perpetuar a memória do falecido.

## Bibliografia citada

- AAVV (1967) - Notícias. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3:1, pp. 107–120.
- ALARCÃO, Jorge de (1974) - *A vida rural no Alentejo na Época Romana*. Coimbra: Universidade.
- BALL, Warwick (2000) - *Rome in the East: the transformation of an empire*. London: Routledge.
- BELTRÁN FORTES, José (1990) - Mausoleos romanos en forma de altar del sur de la Península Ibérica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 63, pp. 183–226.
- BELTRÁN FORTES, José (2000) - Mausoleos romanos de Torreparedones (Castro del Río/Baena, Córdoba): sobre “la tumba de los Pompeyos” y otro posible sepulcro monumental. *Habis*. Sevilla. 31, pp. 113–136.
- BENDALA GALÁN, Manuel (1972) - Los llamados “columbarios” de Mérida. *Habis*. Sevilla. 3, pp. 223–253.
- BLAIZOT, Frédérique (2009) - Rites et pratiques funéraires à Lugdunum du 1<sup>er</sup> au IV<sup>e</sup> siècle. In GOUDINEAU, Christian, ed. - *Rites funéraires à Lugdunum*. Lyon: Errance, pp.155–185.
- BRAGA, Cristina (2010) - *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Dissertação apresentada à Faculdade do Minho para obtenção do grau de Mestre.
- CARVALHO, Helena (1991–1992) - Esculturas inéditas de época romana encontradas em Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 8–9, pp. 143–158.
- CARVALHO, Helena (1993–1994) - Contribuição para o estudo da escultura funerária de época romana encontrada em Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 10–11, pp. 65–90.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) - *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Universidade.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel; ZARZALEJOS PRIETO, María del Mar (1999) - Material latericio en las termas romanas de Hispania. In RICO, Christian; ROLDÁN GÓMEZ, Lourdes; BENDALA GALÁN, Manuel, eds. - *El ladrillo y sus derivados en la Época Romana*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid; Casa de Velázquez, pp. 291–306.
- FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; ANDRADE, Francisco (2010) - Salvamento de *Bracara Augusta*, Quarteirão dos CTT / Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT/ITAVL). Relatório final.
- GONÇALVES, Alexandre (2012) - *A necrópole romana do Casal do Rebole (Almargem-do-Bispo, Sintra)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.
- GRAEN, Dennis (2005) - Two Roman mausoleums at Quinta de Marim (Olhão): preliminary results of the excavations in 2002 and 2003. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, pp. 257–278.
- GRAEN, Dennis (2007) - O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, pp. 275–288.
- GRIMAL, Pierre (1999) - *Dicionário da mitologia grega e romana*. Lisboa: Difel.
- HAUSCHILD, Theodor (1984–1988) - O edifício de culto do complexo de ruínas romanas perto de Estói, na província da Lusitânia. *Arqueologia e História*. Lisboa. 10:1–2, pp. 123–153.
- HERAS MORA, Francisco Javier; OLMEDO GRAGERA, Ana Belén (2010) - Dos nuevos monumentos funerarios en *Augusta Emerita*: primer avance de los resultados de la intervención de la calle Almendralejo n.º 41, Mérida (Badajoz, España). *Bollettino di Archeologia on line*. Roma. Volume Speciale, pp. 45–53 < [http://151.12.58.75/archeologia/bao\\_document/poster/7\\_HERAS\\_OLMEDO.pdf](http://151.12.58.75/archeologia/bao_document/poster/7_HERAS_OLMEDO.pdf) >.
- KOCKEL, Valentin (1983) - *Die Grabbauten vor dem Herkulaner Tor in Pompeji*. Mainz am Rhein: von Zabern.
- LILLO CARPIO, Pedro (2001–2002) - Notas acerca de la incineración. *Anales de Prehistoria y Arqueología*. Murcia. 17–18, pp. 127–146.
- LÓPEZ LÓPEZ, Isabel (1997) - Estatuas togadas funerarias de Colonia Patricia (Córdoba). *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 8, pp. 95–116.
- MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela (1989–1990) - As necrópoles de *Bracara Augusta*: os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 6–7, pp. 41–186.
- MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela; TRANOY, Alain; LE ROUX, Patrick (1989) - As necrópoles de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 6–7, pp. 41–186.
- MARTINS, Manuela; FONTES, Luís; BRAGA, Cristina; BRAGA, José; MAGALHÃES, Fernanda; SENDAS, José (2010) - Salvamento de *Bracara Augusta*, Quarteirão dos CTT / Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CTT). Relatório final.
- MATOS, José Luís de (1984–1988) - Mausoléus do Cerro da Vila. *Arqueologia e História*. Lisboa. 10:1–2, pp. 118–122.
- PARREIRA, Rui (1979) - Escavações arqueológicas na vila romana de Pisões. *Informação Arqueológica*. Braga. 1, pp. 26–27.
- PINTO, Inês Vaz (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusitana.
- PRADOS MARTÍNEZ, Fernando (2005) - La beatitud divina: una ideología oriental clave para el desarrollo de la arquitectura monumental púnica. In *El Período Orientalizante: actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo occidental*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida pp. 635–649.

- PRADOS MARTÍNEZ, Fernando (2008) - *Arquitectura púnica: los monumentos funerarios*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PRADOS MARTÍNEZ, Fernando (2010) - *Africa. Le province africane occidentali. Análisis de la implantación romana a través del registro funerario en las provincias norteafricanas: el sustrato libiopúnico*. *Bollettino di Archeologia on line*. Roma. Volume speciale, pp. 33–49 < [http://151.12.58.75/archeologia/bao\\_document/articoli/5\\_PRADO\\_MARTINEZ.pdf](http://151.12.58.75/archeologia/bao_document/articoli/5_PRADO_MARTINEZ.pdf) >.
- PRADOS MARTINEZ, Fernando (2011) - La necrópolis oriental de *Baelo Claudia* (Tarifa, Cádiz) en el contexto de la religiosidad púnica-mauritana. Una lectura a partir de las últimas actuaciones arqueológicas. *Zephyrus*. Salamanca, LXVIII, pp. 191–210.
- RIBEIRO, Fernando Nunes (1967) - A vila romana de Pisões. Beja: *Separata de Noticiário Arqueológico Regional*.
- RIBEIRO, Fernando Nunes (1972) - *A vila romana de Pisões*. Beja.
- RODRÍGUEZ ROLDÁN, María; ARANCIBIA ROMÁN, Ana; CISNEROS GARCÍA, María; ESCALANTE AGUILAR, María (2010) - Actividad arqueológica puntual en el mausoleo romano de Ablá (Almería). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 2006, pp. 135–153.
- SANTOS, Filipe; CARVALHO, Pedro (2008) - Aspectos do mundo funerário romano na Beira interior: as estruturas funerárias monumentais da Quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem. *Conimbriga*. Coimbra. 47, pp. 127–143.
- SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga (1972) - *Arqueologia romana do Algarve*. Vol. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2005) - *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.–séc. II d.C.)*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana). Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2009) - Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira. In. *Atas Mesa Redonda “De Olisipo a Scallabis”: a rede viária romana no vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal (Cira-Arqueologia, 1), pp. 98–116 < <http://www3.cm-vfxira.pt/files/3/documentos/20120727164712277437.pdf> >.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2012) - Arqueologia viária romana em Lisboa: a i.a.u. da Praça da Figueira. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 1, pp. 74–87.
- TOYNBEE, Jocelyn (1996) - *Death and burial in the Roman world*. London: Johns Hopkins Paperbasks Edition.
- VAN ANDRINGA, William; LEPETZ, Sébastian (2010) - *Publius Vesonius Phileros vivos monumentum fecit: Investigations in a sector of Porta Nocera cemetery in Roman Pompeii*. In CARROL, Maureen, ed. - *Living through the death: burial and commemoration in the classical world*. Oxford: Oxbow Books, pp. 110–133.
- VÁQUERIZO GIL, Desiderio (2001) - Formas arquitectónicas funerarias de carácter monumental en Colonia Patricia Corduba. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, 74, pp. 131–160.
- VÁQUERIZO GIL, Desiderio (2002) - Espacio y usos funerários en Corduba. In VÁQUERIZO GIL, Desiderio, ed. - *Espacio y usos funerarios en el Occidente romano*. Córdoba: Universidad, Vol. II, pp. 143–200.
- VÁQUERIZO GIL, Desiderio (2010) - *Necrópolis urbanas en Baetica*. Tarragona: Instituto Catalón de Arqueología Clásica.
- VÁQUERIZO GIL, Desiderio (2011) - De la agonía al luto. Muerte y *funus* en la *hispania* romana. In PACHECO JIMÉNEZ, César, ed. - *La muerte en el tiempo: arqueología e historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*. Talavera de la Reina: Colectivo de Investigación Histórica Arrabal, pp. 95–125.
- VEIGA, Sebastião P. Martins Estácio da [1891] (2005) - *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. IV, 2005 edição da Universidade do Algarve com prefácio de Teresa Júdice Gamito.
- VERGILIUS MARO, Publius (70–19 B.C.), *Aeneid*, livro VI. Transcrição original disponível no site: “The Latin Library”; <http://www.thelatinlibrary.com/index.html>.
- VIANA, Abel (1950) - Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12:3–4, pp. 289–322.
- WOLFRAM, Melanie (2011) - *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitânia*. *Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.